



JUCESP



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **Telefônica Brasil S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Martiniano de Carvalho, 851, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.157/0001-62, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 35300158814, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, e com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o nº 35300354923, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Telefônica Brasil S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 16 de agosto de 2012 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme



[Assinatura manuscrita]

disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – REQUISITOS E OBJETO SOCIAL

A 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, pela Emissora (a "Emissão"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (a "Oferta" e a "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, previsto no artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de distribuição pública com esforços restritos de colocação.

2.1.2. A Oferta também não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento e Publicação da RCA

2.2.1. A ata da RCA que aprovou a Emissão foi arquivada na JUCESP em 24 de agosto de 2012, sob n.º 374.344/12-7, e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) no jornal Valor Econômico, edição nacional, em 28 de agosto de 2012, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão celebrados entre a Emissora e o Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.



[Handwritten signature]



2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1 As Debêntures (conforme definidas abaixo) serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada na CETIP; e (b) negociação, observado o disposto no item 2.4.2. abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures (conforme definidas abaixo) somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição, conforme definido abaixo, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as restrições estabelecidas no artigo 15 da Instrução 476 e a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no artigo 17 da mesma Instrução.

2.5. Objeto Social

2.5.1. Conforme o Estatuto Social da Emissora, a Companhia tem por objeto: (a) a exploração de serviços de telecomunicações; e (b) o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas. Na consecução do seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como: (i) participar do capital de outras empresas, visando ao cumprimento da política nacional de telecomunicações; (ii) constituir subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica às empresas do setor de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; (v) efetuar atividades de estudos e pesquisas, visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das atribuições e responsabilidades; (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas que lhe forem atribuídas pela Agência Nacional de Te-



lecomunicações- ANATEL; e (viii) comercializar equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures para distribuição pública da Emissora.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta ("Coordenador Líder"), em conformidade com o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 3ª Emissão da Telefônica Brasil S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do



artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.5.4. Adicionalmente, a Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.5.5. A colocação das debêntures deverá ser efetuada dentro do prazo de distribuição e conforme os procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM 476 e pelo Contrato de Distribuição.

3.6. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da Oferta Restrita serão destinados (i) para investimentos diretamente relacionados à telefonia móvel de 4ª (quarta) geração ("4G"), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Companhia no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, n. 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário"). O agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").



Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Conversibilidade e Forma

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.4. Espécie

4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5. Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento").

4.7. Amortização Ordinária e Extraordinária

4.7.1. Amortização Ordinária



4.7.1.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento.

4.7.2. Amortização Extraordinária

4.7.2.1. Não obstante o disposto no item 4.7.1.1 acima, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 10 de setembro de 2014, promover ou realizar, a qualquer momento, a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário e deverá ser precedida de notificação escrita ao Agente Fiduciário e Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária").

4.7.2.2. A Notificação de Amortização Extraordinária deverá conter: (i) data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária; (ii) o valor a ser pago ao Debenturista a título de Amortização Extraordinária, o qual corresponderá ao percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado extraordinariamente, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data indicada para o pagamento da Amortização Extraordinária, acrescido de um prêmio equivalente a (a) 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) do valor a ser amortizado extraordinariamente, caso a Amortização Extraordinária seja realizada durante o período compreendido entre 11 de setembro de 2014 e 10 de setembro de 2015, inclusive; (b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do valor a ser amortizado extraordinariamente, caso a Amortização Extraordinária seja realizada durante o período compreendido entre 11 de setembro de 2015 e 10 de setembro de 2016, inclusive; ou (c) 0,30% (trinta centésimos por cento) do valor a ser amortizado extraordinariamente, caso a Amortização Extraordinária seja realizada durante o período compreendido entre 11 de setembro de 2016 e a Data de Vencimento, exclusive.

4.7.2.3. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP da realização da Amortização Extraordinária com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

4.7.2.4. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.15. abaixo, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures. Caso as De-



bêntures estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP.

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios, calculados a partir da data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Integralização"), correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de um *spread* equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, a "Remuneração").

4.8.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento, ou, a data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.8.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, acrescido da Sobretaxa, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNe - Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.



[Handwritten signature]

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da Data de Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a respectiva data de pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over variando de 1 até n;

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Sendo que:

spread = 0,7500 (setenta e cinco centésimos); e



[Handwritten signature]



n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

(i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório;

(ii) efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casa decimais, com arredondamento; e

(iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.8.2.1. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização das Debêntures, para o primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.2.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

4.8.2.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, em caso de extinção, inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, deverá ser aplicada para fins do cálculo da Remuneração a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").





4.8.2.4. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, será convocada pelo Agente Fiduciário uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo legal e cujo edital de convocação deverá ser encaminhado para publicação em até 2 (dois) dias úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.8.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.8.2.6. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorrer a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amor-





tização das Debêntures pela Emissora (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida AGD, a qual deverá observar os parâmetros de mercado para operações similares à época. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.8.2.7. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam Debenturistas no final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.8.2.8. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão. A primeira data de pagamento de remuneração ocorrerá em 10 de março de 2013 e a última data de pagamento de remuneração na Data de Vencimento ou, ainda, a data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou o vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme indicado na tabela abaixo.

| Datas de Pagamento de Remuneração | |
|-----------------------------------|-----------------|
| 1ª) 10/03/2013 | 6ª) 10/09/2015 |
| 2ª) 10/09/2013 | 7ª) 10/03/2016 |
| 3ª) 10/03/2014 | 8ª) 10/09/2016 |
| 4ª) 10/09/2014 | 9ª) 10/03/2017 |
| 5ª) 10/03/2015 | 10ª) 10/09/2017 |

4.9. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



[Handwritten signature]



4.11. Resgate Antecipado

4.11.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 10 de setembro de 2014, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado"). Não haverá resgate antecipado parcial das debêntures.

4.11.2. A Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio do envio de comunicação a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, por meio de Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para a realização do Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado" e "Data do Resgate Antecipado", respectivamente).

4.11.3. A Comunicação de Resgate Antecipado deverá descrever os principais termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo (i) a Data do Resgate Antecipado; (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado, o qual será correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido de um prêmio ("Prêmio de Resgate Antecipado"), equivalente a (a) 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado seja realizado durante o período compreendido entre 11 de setembro de 2014 e 10 de setembro de 2015, inclusive; (b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado seja realizado durante o período compreendido entre 11 de setembro de 2015 e 10 de setembro de 2016, inclusive, e (c) 0,30% (trinta centésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, caso o Resgate Antecipado seja realizada durante o período compreendido entre 11 de setembro de 2016 e a Data de Vencimento, exclusive; e (iii) quaisquer outras informações consideradas relevantes pela Emissora para a operacionalização do Resgate Antecipado.

4.11.4. A CETIP, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador deverão ser comunicados da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da Data do Resgate Antecipado.

4.11.5. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.





4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2 a 4.12.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes das Debêntures e desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ciência da ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Telefônica S.A. (Telefônica) do controle acionário da Emissora, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) for(em) sociedade(s) com *rating* no mínimo equivalente ao *investment grade* da Telefônica, escala global, conforme classificação atribuída pela Moody's, Fitch Ratings ou Standard & Poor's;

(b) alienação do controle acionário da Vivo S.A. pela Emissora, de forma que a Emissora deixe de deter o controle acionário direto ou indireto da Vivo S.A., sem que haja anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim; observado que a Vivo S.A. poderá sofrer reorganização societária, desde que a Emissora mantenha, direta ou indiretamente, o controle da Vivo S.A., podendo inclusive ser incorporada ou fundida pela Emissora ou por empresa controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora;

(c) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou da Vivo S.A. cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data da ocorrência, e que não tenha sido elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(d) protestos de títulos contra a Emissora que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou com relação aos quais não ocorra o depósito judicial do valor total



dos títulos protestados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do protesto, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data da ocorrência do protesto, à exceção do protesto efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo de que trata esta alínea (d);

(e) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada ao pagamento da Remuneração, de multa e juros moratórios, ou quaisquer outros valores que venham a ser devidos pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do vencimento original;

(f) falta de cumprimento, pela Emissora, de (i) obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão que não sejam relativas ao pagamento da Remuneração, de multa e juros moratórios ou quaisquer outros valores que venham a ser devidos pela Emissora aos Debenturistas, desde que não sanado no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados do vencimento original; ou (ii) toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de notificação sobre o respectivo descumprimento;

(g) (a) revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões ou autorizações para prestação de serviços públicos de telecomunicação fixa ou móvel detidas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas em sua área de atuação que (i) não seja revertida ou contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de recebimento, pela Emissora, de comunicação nesse sentido; e (ii) comprovadamente, através das próximas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, resulte em redução da receita consolidada da Emissora dos últimos 12 (doze) meses decorrente da prestação de serviços públicos de telecomunicações em montante igual ou superior a 20% (vinte) por cento dessa receita consolidada da Emissora apurada nas últimas demonstrações financeiras antes da Data de Emissão; e/ou (b) promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação relevante e adversa ou cancelamento das concessões ou autorizações para prestação de serviços públicos de telecomunicação fixa ou móvel



[Handwritten signature]



detidas pela Emissora ou por qualquer de suas controladas e que, comprovadamente, através das próximas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, resulte em redução da receita consolidada da Emissora dos últimos 12 (doze) meses decorrente da prestação de serviços públicos de telecomunicações em montante igual ou superior a 20% (vinte por cento) dessa receita consolidada da Emissora apurada nas últimas demonstrações financeiras antes da Data de Emissão;

(h) Não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e suas controladas, decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), convertido com base na taxa de venda PTAX 800, opção 5, divulgada pelo Banco Central do Brasil, do dia imediatamente anterior à data de vencimento original da obrigação financeira não cumprida, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora e suas controladas, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora;

(i) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura que afete de forma relevante e negativamente adversa as Debêntures e que tenha sido notificada à Emissora pelo Agente Fiduciário;

(j) pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias relativas ao pagamento da Remuneração, de multa e juros moratórios ou quaisquer outros valores que venham a ser devidos pela Emissora aos Debenturistas, conforme descritas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.;

(k) recompra de ações pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias relativas ao pagamento da Remuneração, de multa e juros moratórios ou quaisquer outros valores que venham a ser devidos pela Emissora aos Debenturistas, conforme descritas nesta Escritura de Emissão;





- (l) realização de redução de capital social da Emissora com finalidade diversa da absorção de prejuízos, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (m) alteração no objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar no setor de telecomunicações;
- (n) incorporação, fusão ou cisão da Emissora por outra sociedade, exceto se: (i) tal operação societária for previamente aprovada por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim; ou (ii) for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida incorporação, fusão ou cisão;
- (o) alienação de ativos operacionais relevantes da Emissora e suas controladas, ou caso sobre tais ativos operacionais relevantes sejam constituídos ônus ou gravames de qualquer natureza após a Data de Emissão, incluindo garantias ou penhoras, desde que representem 15% (quinze por cento) ou mais do ativo total da Companhia, exceto (i) no que se refere à constituição de garantias em ações judiciais ou contratos de financiamentos junto a bancos de fomento, tais como, mas não limitados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil S.A.; ou (ii) se tal alienação de ativos operacionais relevantes ou constituição de ônus ou gravames, conforme referida acima for previamente aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Para os fins desta alínea (o), entende-se como “ativos operacionais relevantes”, os ativos utilizados pela Emissora e suas controladas, direta ou indiretamente, para a execução das atividades descritas em seu objeto social e cuja alienação ou transferência, de forma isolada ou conjunta, comprovadamente reduza mais de 20% (vinte por cento) do EBITDA consolidado da Emissora;
- (p) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (q) não cumprimento de qualquer decisão (i) administrativa contra a Emissora que não seja revertida ou contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data em que a Emissora seja comunicada acerca da referida decisão; ou (ii) judicial transitada em julgado, e que, em qual-



[Handwritten signature]

quer caso, comprovadamente, através das próximas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, resulte em redução da receita consolidada da Emissora dos últimos 12 (doze) meses decorrente da prestação de serviços de telecomunicações em montante igual ou superior a 20% (vinte por cento) dessa receita consolidada da Emissora apurada nas últimas demonstrações financeiras antes da Data de Emissão;

(r) transferência pela Emissora, ou por qualquer forma, cessão ou promessa de cessão a terceiros, dos direitos e obrigações adquiridas ou assumidas nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;

(s) suspensão da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP não sanada no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

(t) não observância, pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros"):

| | |
|--|-------------|
| Patrimônio Líquido / Ativo Total | $\geq 0,32$ |
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA | $\leq 2,50$ |
| Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo / EBITDA | $\leq 0,20$ |
| EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas | $\geq 3,0$ |
| \geq Significa "maior ou igual a"; e \leq Significa "menor ou igual a". | |

Onde:

Patrimônio Líquido: significa o patrimônio líquido da Emissora, inclusive participação dos minoritários da Emissora consolidada;

Ativo Total: significa o ativo total da Emissora consolidada;

Dívida Financeira Líquida: significa a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora, que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com



derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante). Todos os valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora;

EBITDA: significa o resultado antes dos juros pagos e/ou recebidos, imposto de renda, depreciação e amortização, referentes à soma dos 4 (quatro) últimos trimestres da Emissora consolidada;

Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo: significa a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora, que venha a ser criada no passivo circulante, excluía a parcela de curto prazo das dívidas de longo prazo, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia do circulante. Todos os valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e

Despesas Financeiras Líquidas: significa a rubrica do resultado financeiro no balanço patrimonial consolidado da Emissora referente à soma dos 4 (quatro) últimos trimestres, excluía qualquer despesa referente à remuneração dos acionistas (juros sobre o capital próprio ou outras).

4.12.1.1. Para fins do disposto na alínea (t) do item 4.12.1 acima, fica desde já acordado que os Índices e Limites Financeiros serão apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Emissora, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora auditados pelos auditores independentes da Emissora, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Os Índices e Limites Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices e Limites Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.12.1.2. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis contatos da data em que tomar conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, para que esse tome as providências devidas.



[Handwritten signature]



4.12.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (c), (d), (e), (h), (j), (k), (l), (m), (n), (p), (q), (r) e (s) do item 4.12.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos seus respectivos Debenturistas, ficando o vencimento antecipado condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas dessa cláusula, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento do evento, uma AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Sétima abaixo e o quorum específico estabelecido no item 4.12.3 abaixo. A AGD a que se refere este deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.12.3. Na AGD mencionada acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula Sétima abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.12.4. Na hipótese (i) de não instalação, em segunda convocação, da AGD mencionada no item 4.12.2. acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.12.3. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.12.1. acima e exigir o pagamento do que for devido aos Debenturistas.

4.12.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias contados da (i) data em que for declarado o vencimento antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada ou com "aviso de recebimento", ou, ainda, por telegrama expedido pelo correio para o endereço constante da Cláusula Sétima desta





Escritura de Emissão, ou (ii) data da realização da AGD acima mencionada, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13 abaixo.

4.12.5.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.12.5. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, conforme definida no item 4.8 acima, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, acarretará a perda do direito ao recebimento de remuneração, encargos moratórios e/ou qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados pela Emissora por meio do Banco Mandatário.

4.16. Prorrogação dos Prazos



Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, a critério da Emissora, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores no seguinte endereço: <http://telefonica.com.br/investidores>.

4.18. Aquisição Facultativa

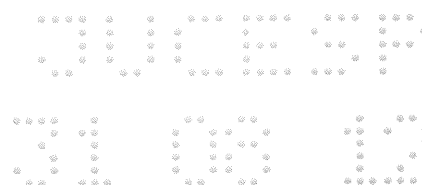
4.18.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observando as restrições impostas pela Instrução CVM n.º 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir as Debêntures em circulação nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.18.2. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item acima poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado, sendo que, nesta última hipótese, as Debêntures farão jus à mesma Remuneração atribuída às demais Debêntures em circulação, observada a regulamentação em vigor.

4.19. Comprovação de Titularidade das Debêntures

Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido pela CETIP extrato em nome dos titulares das Debêntures, que servirá, igualmente, como comprovante da titularidade das mesmas.





4.20. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM, e (ii) relatório consolidado da memória de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, devidamente auditados por auditores independentes contratados pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos mesmos, acompanhado de declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes da presente Escritura. O Agente Fiduciário poderá solicitar a Emissora e/ou aos auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre ("Formulários ITR"), caso não estejam disponíveis na CVM, e (ii) relatório consolidado da memória de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, devidamente auditados por auditores independentes contratados pela Emissora,



Handwritten signature or mark.

compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos mesmos, acompanhado de declaração assinada por representante da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes da presente Escritura. O Agente Fiduciário poderá solicitar a Emissora e/ou aos auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (iii) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação relevante para aos Debenturistas que, razoável e justificadamente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iv) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17 acima, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (vi) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que estejam diretamente relacionadas às Debêntures e/ou aos direitos dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (vii) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer decisão judicial proferida contra a Emissora que possa



[Handwritten signature]

CONFUSO

CONFUSO

resultar em efeito relevante adverso ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão; e

- (viii) enviar ao Agente Fiduciário o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização, pelo Agente Fiduciário, do relatório anual previsto no artigo 68, § 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 12, item XVII, da Instrução CVM 28, que venham a ser expressamente solicitados pelo Agente Fiduciário. Os dados financeiros e atos societários previstos neste item deverão ser encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório acima destacado na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- b) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador e a CETIP, bem como tomar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- c) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM, conforme a Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”);
- d) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM n.º 400”);
- e) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;
- f) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM,



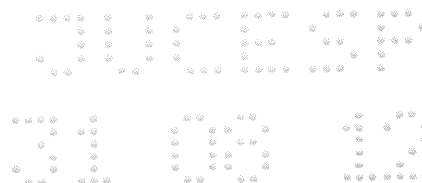
de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à condução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados à preparação da Emissão;

- g) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- h) arcar, de forma exclusiva, com todos os custos relativos à Emissão;
- i) efetuar tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, cuja responsabilidade pelo recolhimento seja atribuída por lei à Emissora;
- j) manter as Debêntures registradas para negociação no SND durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- k) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, em até 10 (dez) dias úteis da data em que tornar conhecimento de um dos eventos descritos neste item; e
- l) contratar e manter contratada a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para (i) elaborar e manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 20 (vinte) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

5.2. Além das obrigações gerais acima descritas, são obrigações específicas da Emissora, nos termos da ICVM 476, incluindo, mas não limitadas ao artigo 17 da ICVM 476:



[Handwritten signature]



- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no inciso (c) em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante ao Coordenador Líder em até 01 (um) dia útil dessa divulgação; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP; e
- (h) não realizar qualquer outra emissão de debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

5.2.1. A Emissora deverá enviar à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores nos termos dos itens “c” e “f” do item 5.2. acima, imediatamente após a sua divulgação.

5.2.2. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 17 da Instrução CVM n.º 476, os controladores e administradores da Emissora são responsáveis pelo cumprimento das obrigações previstas na cláusula 5.2. acima.





5.3. Os custos a que se refere o item 5.1 (h) acima ~~compreendem~~, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Companhia e não entregues dentro de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da solicitação;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, observado que o Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com *conference call* ou contatos telefônicos.

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão





igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;
- (b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (f) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;





- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, porém, o Agente Fiduciário não está obrigado a atestar a veracidade das deliberações societárias, e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico ou tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;
- (l) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (m) assegurará, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, tratamento equitativo aos Debenturistas da Oferta Restrita; e
- (n) exceto pela 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para oferta pública de distribuição, da Telefônica Brasil S.A. (sucessora da Vivo Participações S.A.), com vencimento em 15 de outubro de 2019, em que foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures, na data de sua emissão, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sendo a referida emissão no valor total de R\$810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões reais), não tendo sido identificada até a presente data a ocorrência de resgate, amortização, conversão,



reapactuação e inadimplemento dessas debêntures, inexistem outras emissões de debêntures públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário nos termos da Instrução CVM n.º 28.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição, hipótese em que o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento à esta Escritura de Emissão.

6.4. Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após assinatura desta Escritura das Debêntures, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures até a data do efetivo pagamento de cada uma das parcelas da Remuneração do Agente Fiduciário, calculadas *pro rata die*.

6.4.3. Na hipótese de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso estarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza,



[Handwritten signature]

PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

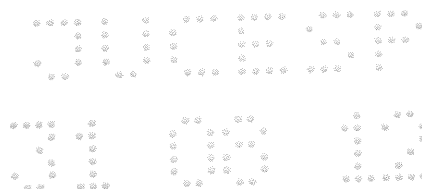
6.4.5. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos para avaliar, conjuntamente, a eventual necessidade alterar da Remuneração do Agente Fiduciário, observado que referida alteração somente será realizada por comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

6.4.6. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

6.4.7. A Emissora, mediante aprovação, sempre que possível, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que o Agente Fiduciário tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Titulares das Debêntures. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.



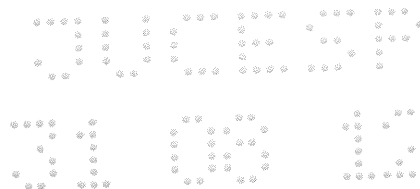
[Handwritten signature]



6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a sua função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, observado que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se ciente e de acordo;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos Aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e documentos necessários para a efetivação referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;





- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - f. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - g. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;



- h. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - i. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures;
 - j. relação dos bens e valores entregues a sua administração; e
 - k. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;



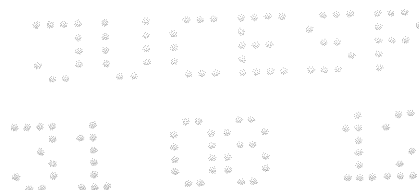
Handwritten signature

- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.17 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis corridos da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão;
- (r) divulgar as informações referidas no inciso (k) da alínea (k) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (s) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (t) responsabilizar-se integralmente pelos serviços de Agente Fiduciário contratados nos termos da legislação vigente;
- (u) disponibilizar, através de sua central de atendimento e/ou de seu website <http://www.pentagonotruster.com.br>, o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:



[Handwritten signature]



- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.12 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) nas alíneas (a) a (c) acima se, convocada a AGD, esta assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.





6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.3.1

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.17 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos, originais ou cópias autenticadas, encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de quaisquer documentos societários da Emissora, sendo certo que tais documentos permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável.

6.9. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe



[Handwritten signature]

tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.

6.10. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD.

6.11. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.1. Convocação

7.1.1. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de



[Handwritten signature]



convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.1.3. As AGDs deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

7.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

7.2. Quorum de Instalação

7.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.2.2. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas “Debêntures em circulação” todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores, dos seus diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges.

7.3. Mesa Diretora

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, as deliberações em AGD dependerão de aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em circulação. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.



[Handwritten signature]



7.4.2. Nas deliberações da AGD que tenham por objeto alterar características das Debêntures, como, por exemplo, (i) Remuneração; (ii) as datas de pagamento da Remuneração; (iii) os valores e as datas de amortização das Debêntures; (iii) Data de Vencimento; (iv) quoruns de deliberação de AGD previstos neste item 7; e (v) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas no item 4.12. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação. O quorum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures não guarda qualquer relação com o quorum para declaração de vencimento antecipado estabelecida na Cláusula Quarta acima.

7.5. Não estão incluídos no quorum a que se refere o item 7.4.2. acima os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão.

7.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.8. As alterações aos termos e condições das Debêntures poderão ser levadas para deliberação em AGD por meio de proposta feita pela Emissora ou pelos Debenturistas, desde que a Emissora seja convocada para a referida AGD. As alterações aos termos e condições das Debêntures que sejam aprovadas em AGD instalada por meio de proposta dos Debenturistas dependerão da concordância da Emissora para serem implementadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta na CVM de acordo com as leis brasileiras;





- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais essenciais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades,



[Handwritten signature]

preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, bem como as informações trimestrais relativas ao período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2012: (i) representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas, (ii) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, (iii) refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada nos períodos em questão; e (iv) foram devidamente auditadas ou revisadas, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.6 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé.
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (l) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;



[Handwritten signature]

(m) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;

(n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP, e (ii) o registro das Debêntures na CETIP.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Telefônica Brasil S.A.

Rua Martiniano de Carvalho, 851, 17º andar
São Paulo – SP
At.: Sr. Alexandre Cruz Alves
Tel.: (11) 3149-7267
Fax: (11) 3253-3020
E-mail: alexandre.calves@telefonica.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22640-102
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice– Assuntos Financeiros) / Srtª. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico – Assuntos Jurídicos/Estruturação)
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br
juridico@pentagonotrustee.com.br





Para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.º 707 – 10º andar
São Paulo – SP
CEP 04309-010

At.: Douglas de Castro Callegari

Tel.: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

Email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para o Agente Escriurador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.º 707 – 10º andar
São Paulo – SP
CEP 04309-010

At.: Douglas de Castro Callegari

Tel.: (11) 2797-4431

Fax: (11) 2797-3140

Email: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1663, 4º andar, Jardim Paulistano
CEP.: 01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de



[Handwritten signature]

qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão na JUCESP serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



[Handwritten signature]

10.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Cláusula Onze – DA LEI E DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

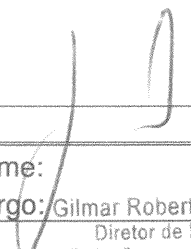

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 28 de agosto de 2012



Página 1/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Telefônica Brasil S.A.


TELEFÔNICA BRASIL S.A.

| | |
|--|---|
|  Nome: Cargo: Gilmar Roberto P. Camurra Diretor de Finanças e Relações com Investidores |  Nome: CRISTIANE BARRETTO Cargo: Diretora de Controladoria Telefônica vivo |
|--|---|



Página 2/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Terceira
Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie
Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Telefônica Brasil S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: MARCELLE MOTTA SANTORO
Cargo: PROCURADORA



JUCESP

3000

Página 3/3 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Telefônica Brasil S.A.

Testemunhas:

| | |
|--|-------------------------------|
| <i>Maria Tereza Ali Pelicano David</i> | <i>Ronara Fernanda Garcia</i> |
| Nome: MARIA TEREZA ALI PELICANO DAVID | Nome: RONARA FERNANDA GARCIA |
| CPF: 144.359.298-69 | CPF: 056.296.016-36 |



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBÊNTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

ED000995-7/000



JUCESP



[Handwritten signature]